

## ***Teologia da Libertação e Política: da ação radical à pulverização de sua ação pastoral***

Rodrigo Augusto Leão<sup>1</sup>

DOI: 10.4025/rbhranpuh.v9i26.30485

**Resumo:** Este trabalho procura demonstrar o processo de distanciamento da ação política radical da Teologia da Libertação para uma ação pastoral focada em diversas pautas e com menos envolvimento político direto. Quando do auge da TL na década de 1970, seus religiosos enfrentaram fazendeiros, grandes empresas e se chocaram até mesmo com o regime civil-militar instalado no Brasil à época. Após o fim da Ditadura, o Vaticano desencorajou a participação política do clero envolvido com a Teologia da Libertação e também iniciou um processo de perseguição aos principais pensadores dessa teologia, como se pode notar com o processo contra Leonardo Boff. Em um novo período no qual a democracia estava de volta e sendo perseguidos pelo Vaticano, os religiosos da Teologia da Libertação evitaram a ação radical e direcionaram a sua ação a outras temáticas, como a questão de gênero, o meio ambiente, a situação dos indígenas no Brasil, entre outras.

**Palavras-chave:** Teologia da Libertação, ação política, ação pastoral.

### **Liberation Theology and Politics: from radical action to spread of his pastoral action)**

**Abstract :** This study seeks to demonstrate the radical political action of the set apart process of liberation theology for a pastoral action focused on different agendas and with less direct political involvement. When the TL's heyday in the 1970s, their religious faced landowners, large companies and even clashed with the civil-military regime installed in Brazil at the time. After the dictatorship, the Catholic Church discouraged the political participation of the clergy involved with liberation theology and also started a process of persecution of the leading thinkers of this theology. A new period in which democracy was back and being persecuted by the Vatican, liberation theology religious avoided radical action politics and directed its action to other issues, such as gender issues, the environment, the situation of indigenous people in Brazil, among others.

**Keywords:** liberation theology, politic action, pastoral action.

### **Teología de la Liberación y política: de la acción radical para la pulverización de su acción pastoral**

**Resumen:** Este trabajo pretende demostrar el proceso de distanciamento de la acción política radical de la teología de la liberación para una acción pastoral centrada en diversos temas y con menos participación política directa. Cuando el apogeo de la TL en la década de 1970, los religiosos se oponerán con estancieros, grandes empresas e incluso se enfrentaron con el régimen civil y militar instalado en Brasil en aquel momento. Después de la Dictadura, El Vaticano há desalentado

<sup>1</sup> Universidade Federal de Goiás. Email:rodrigoalc@uol.com.br

la participación política de los clérigos involucrados con la teología de la liberación y también comenzó un proceso de persecución de los principales pensadores de esta teología, como se puede ver con el caso en contra de Leonardo Boff. En un nuevo período en el que la democracia estaba de vuelta y con la persecución por parte del Vaticano, los religiosos de la teología de la liberación evitaran la acción radical religiosa y dirigieran su acción a otros asuntos, tales como las cuestiones de género, el medio ambiente, la situación de los indígenas en Brasil, entre otros.

**Palavras Chave:** Teología de la Liberación, acción política, acción pastoral.

*Recebido em 05/01/2016- Aprovado em 21/05/2016*

## Introdução

A Teologia da Libertação, “TL”, foi um movimento teológico com forte conotação política que teve como uma de suas principais vertentes a católica. Suas ações junto a movimentos sindicais, trabalhadores do campo e na cidade, suas denúncias contra arbitrariedade e injustiças foram atitudes que faziam que a TL fosse mais do que uma ação religiosa. Segmento minoritário dentro do catolicismo brasileiro, os teólogos da TL desenvolveram uma ação pastoral politicamente engajada com as questões sociais, promovendo uma crítica ao sistema capitalista, combatendo a ditadura militar no caso brasileiro e uma “opção preferencial pelos pobres”.

Era a década de 1970 – os “anos de chumbo” do Regime militar – quando a Teologia da Libertação ganhou destaque no cenário político-religioso brasileiro, com vários padres e bispos engajados com seus princípios, como Pedro Casaldáliga, dom Thomás Balduino, João Bosco Penido Burnier, entre outros (MARTINS, 1979). A atuação pastoral dos adeptos da TL era considerada “radical”, visto que seus religiosos chocavam-se com figuras poderosas da sociedade brasileira, como grandes fazendeiros, industriais, políticos, entre outros, situação que gerou desconfiança e perseguição por parte do governo dos militares. Religiosos publicavam trabalhos como livros – *Jesus Cristo Libertador* (BOFF, 2009) e *Teologia da Libertação: Perspectivas* (Gustavo Gutiérrez, teólogo peruano (2000) – e textos como Pedro Casaldáliga – *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social* – denunciando a injusta situação política, econômica e social do Brasil, ao mesmo tempo que demandavam a reforma das estruturas da Igreja Católica. Mais além, adeptos dos princípios da TL se juntaram à causa dos pobres e vítimas de opressão, como o caso da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT) como iremos tratar no trabalho.

Ao final da década de 1970 definha a Ditadura cujo fim foi uma das principais bandeiras da TL, visto que o autoritarismo dos militares, sua política econômica e perseguição àqueles que combatiam o seu governo geravam a situação de pobreza e injustiça social no Brasil. Nesse momento já se iniciava o processo de redemocratização do nosso país e, com ela, contenção da ação política mais radical da Teologia da Libertação, pois com a eminente volta da democracia ao país, os setores mais conservadores da Igreja Católica iniciaram um processo de críticas à atividade política de seus religiosos, pois se era justa o combate à ditadura e seus abusos, com a

redemocratização a política seria tarefa dos leigos. Assim sendo, a atividade política deveria estar a cargo das pessoas comuns e não do clero católico, situação que concorreu para a retração das atividades políticas dos adeptos da TL. Devemos, pois, analisar como após um período no qual a ação política da Teologia da Libertação foi intensa e extensa, gradualmente seus religiosos passaram a evitar ações mais radicais e iniciaram um processo de pulverização de sua ação pastoral para diversos setores da sociedade e se afastando da política.

### **A TL hoje: a adequação de sua ação pastoral ao atual contexto político**

O ano de 1989 se constitui em um marco para a política e para a sociedade ocidental. Nesse ano veio abaixo o muro de Berlim, o qual dividia a Alemanha em dois lados, duas formas de se pensar o mundo. De um lado, havia sua porção ocidental com a vigência dos princípios da democracia e do capitalismo. Do outro, havia a influência da União Soviética e os princípios do socialismo. Com a queda física e simbólica do muro, teve início uma nova ordem que se caracteriza na política por um ambiente democrático, plural e marcado por uma grande variedade de temas e causas. Em nível econômico, a nova ordem apresentou a economia liberal em sua versão mais agressiva, com a minimização do Estado nos assuntos econômicos, a interligação mundial via globalização e a supremacia da ótica capitalista no mundo.

A polarização entre Estados Unidos e URSS que marcou a política da segunda metade do século XX chegava ao fim e, ao mesmo tempo, as ditaduras militares na América Latina declinavam. O tradicional conceito de política em si também se transformou com o surgimento de novas forças políticas como as Organizações não Governamentais “ONG’s”, os grupos de comunicação, o Fórum Social Mundial, entre outros, e com um certo distanciamento da política partidária e das esferas de poder tradicionais, a qual era vista como menos importante e atraente. O sociólogo alemão Ulrich Beck afirma que houve uma “reinvenção da política”, pois com o desgaste dos centros políticos tradicionais, o indivíduo passa a agir politicamente com mais autonomia, com as pessoas se unindo por diversas causas como o meio ambiente, a questão de gênero, sexualidade, entre outras. Os indivíduos estão no centro deste modo de vida e são eles mesmos direcionados em sua própria individualidade. Essa individualização se torna um novo tipo de política e de subpolítica, uma nova forma social. Assim é que:

Com o colapso do antagonismo entre Oriente e Ocidente, ocorreu uma situação paradoxal. A política ainda se desenvolve nas mesmas velhas jaulas, mas o leão está livre. As pessoas fingem estar no zoológico - sem o leão (BECK, 1997, p. 49).

O historiador britânico e marxista Eric Hobsbawm defende que após 1989 um grande número de cidadãos se retirou da política tradicional sem, contudo, perder seu envolvimento nas questões políticas da sociedade. Na verdade, o cidadão comum ativo politicamente procurou novas causas e palcos nos quais sua voz fosse mais ouvida do que

na política partidária, o que deu outro sentido à ação política contemporânea. Assim é que, para Hobsbawn, “para o melhor ou pior, no século XX as pessoas comuns entraram na história como atores com seu direito coletivo próprio” (HOBSBAWN, 1994, p. 559).

Podemos afirmar que a Teologia da Libertação age e reage a partir das reflexões religiosas e das condições políticas nas quais sua ação pastoral é exercida. Dessa forma, percebemos que a TL, ao longo das quatro décadas em que ela é ativa no Brasil e no restante da América Latina, condicionou-se a esse novo sistema político e social no ocidente, abraçando causas que têm características específicas e que repercutem de modo variável. Esse acondicionamento, porém, tem se provado um desafio à força da Teologia da Libertação: temas delicados como a posição da mulher na sociedade, o racismo, as relações homoafetivas, entre outras, fazem com que os religiosos da TL se posicionem a esses temas compreendendo as novas configurações sociais e culturais de nossa sociedade, ao mesmo tempo em que se faz necessário respeitar e manter os valores da ética católica. João Batista Libanio sobre essa questão vê que a teologia latino-americana precisa ampliar seu foco de compreensão da realidade para melhor compreendê-la:

A pós-modernidade traz desafios à TdL [Teologia da Libertação]. Antes de tudo, a vitória do neoliberalismo no mundo econômico e a afirmação da cultura extremamente subjetivista, hedonista, fragmentada pós-moderna pedem que se considerem os conflitos da realidade para além do simples antagonismo das classes. Surgem movimentos sociais de amplitude mundial de caráter transclassista, transcultural, transétnico, transexual, transreligioso, de gênero que configuram novo quadro sócio-político, econômico, cultural e religioso. Deslocam-se as preocupações para o eclodir de problemas culturais e religiosos, em íntima relação com as estruturas da sociedade<sup>2</sup>.

Contudo, essa aproximação aos novos temas e atores sociais não foi um simples movimento oportuno por parte da TL. Em parte, esse processo se explica porque teólogos e agentes da Teologia da Libertação, como Leonardo Boff, distanciaram metodologicamente dos referenciais marxistas. O autor de *Jesus Cristo Libertador* explica:

A teologia da libertação não se sente atingida, em sua intuição originária, pela implosão do socialismo e pela crise da racionalidade marxista. Marx não foi pai nem padrinho da Teologia da Libertação. A opção da Teologia da

---

<sup>2</sup> Passagem retirada do artigo “40 anos da Teologia da Libertação: ontem e hoje. Disponível em: <http://www.jblibanio.com.br/modules/smartsection/item.php?itemid=162>. Acesso em: 21 de maio de 2016.

Libertação nunca foi pelo marxismo ou socialismo, mas pelos pobres. E o socialismo é visto como uma mediação para realizar melhor a vida e a justiça dos oprimidos (BOFF, 2008, pp. 154-5).

Essa teologia em seu contato com povo descobriu novas formas de opressão e “novos oprimidos” que já existiam, mas que não estavam no centro da ação pastoral militante da TL. Avaliando o documento conclusivo elaborado durante a Quinta Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano de Aparecida em 2007, no qual a Igreja do continente faz menção a essa renovação pastoral da Igreja para que ela possa atuar de modo mais efetivo nessa nova realidade, Pablo Richard analisa:

A globalização fez emergir novos povos, novos rostos de pobres. Com especial atenção e em continuidade às Conferências Gerais anteriores, fixamos nossos olhares nos rostos dos novos excluídos: os migrantes, as vítimas de violência, os deslocados e refugiados, vítimas do tráfico de pessoas e sequestros, desaparecidos, doentes de AIDS, e doenças endêmicas, dependentes químicos, idosos, meninos e meninas que são vítimas da prostituição, pornografia e violência do trabalho infantil, mulheres maltratadas, vítimas da exclusão e do tráfico para a exploração sexual [...] (RICHARD, 2007, p. 9).

Como se vê, a ação pastoral dos religiosos da Teologia da Libertação trouxe para dentro da Igreja dos católicos a realidade social e humana que eles encontraram na prática. E é nesse contexto ampliado na qual TL se encontra que ela demonstra outra característica importante: a sua flexibilidade. Isso porque sua ação pastoral durante os anos de 1970 estava centrada em um engajamento mais radical nas questões sociopolíticas, seja com um envolvimento direto nos movimentos sociais como nas disputas agrárias na região da Prelazia de São Félix<sup>3</sup>, seja na defesa da causa dos direitos humanos, quando muitos religiosos denunciaram e combateram os abusos cometidos pelo governo dos militares. Os novos sujeitos políticos e as causas emergentes fazem com que a teologia dos oprimidos converta sua ação pastoral nessa direção, demonstrando que a Teologia da Libertação não é absoluta ou única, pois “ela busca e espera a superação da pobreza e opressão que hoje ela pensa. É, portanto, uma Teologia histórica, decididamente epocal” (C. BOFF; L. BOFF, 2001, p. 147).

Por conta dessa situação muitos pesquisadores sobre a TL não a concebem mais no singular; devido às inúmeras causas que sua ação pastoral abraçou, essas pessoas

<sup>3</sup> A Prelazia de São Félix do Araguaia foi uma das igrejas que melhor encarnou as ideias de Teologia da Libertação no Brasil, tendo à frente a figura de Dom Pedro Casaldáliga.

preferem denominá-la como “Teologias da Libertação” ou “Cristianismo da Libertação”. A esse respeito Michael Löwy diz que:

Proponho chamá-lo [o movimento da Teologia da Libertação] de *cristianismo da libertação*, por ser esse um conceito mais amplo que “teologia” ou que “Igreja” e incluir tanto cultura religiosa e a rede social, quanto a fé e a prática. Dizer que não se trata de um movimento social não significa necessariamente dizer que ele é um órgão “integrado” e “bem coordenado”, mas apenas que tem, como outros movimentos semelhantes (feminismo, ecologia, etc.), uma certa capacidade de mobilizar as pessoas ao redor de objetivos comuns (LÖWY, 2000, p. 57, grifos do autor).

Assim é que esse movimento religioso com seu engajamento social se caracteriza pela pluralidade de sua ação pastoral causada pela reflexão de que existem outras formas de opressão dentro da sociedade e que a TL não pode deixar de estar atenta a essa situação. Leonardo Boff afirma que cada opressão específica requer também uma libertação específica, daí é que esse importante teólogo da libertação resume esse assunto definindo:

Sem entrar em detalhes, surgiram várias tendências dentro da mesma e única Teologia da Libertação: a feminista, a indígena, a negra, a das religiões, a da cultura, a da história e da ecologia. Logicamente, cada tendência se deu ao trabalho de conhecer de forma crítica e científica seu objeto, para poder retamente avaliá-lo e atuar sobre ele de forma libertadora à luz da fé<sup>4</sup>.

Importante também para se pensar a Teologia da Libertação na atualidade é a relevância do suporte teórico do marxismo para essa teologia. No início deste texto afirmamos que após 1989 ocorreu o surgimento de uma nova ordem mundial que se caracteriza por um caráter democrático e plural na política e pela vitória do capitalismo liberal na economia. A queda do muro de Berlim representou também um golpe para o pensamento de esquerda, pois com o fim da União Soviética o principal modelo alternativo à democracia capitalista ruiu junto.

---

<sup>4</sup> Declaração retirada do já referido artigo de Leonardo Boff em seu blog denominado “Quarenta anos da Teologia da Libertação”. Disponível em: <<http://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao>>. Acesso em: 21 de maio de 2016.

E qual foi o impacto da queda do socialismo real para a Teologia da Libertação? Como mencionamos anteriormente, teólogos da libertação como Boff não se sentiram atingidos com a “crise do marxismo”, pois eles nunca promoveram uma adesão integral às suas causas e princípios. O marxismo foi apenas um auxílio à TL para a compreensão dos mecanismos opressores da sociedade, a luta de classes existente segundo alguns de seus teólogos, porém encoberta pelo sistema opressor e que incentivou a entrada dos religiosos na luta dos empobrecidos e oprimidos, substituindo uma espiritualidade passiva e contemplativa por uma engajada e comprometida para a mudança da realidade de seus fiéis.

Contudo, com a multiplicação das causas defendidas pela TL, a chave analítica dessa teologia se ampliou e a teoria marxista perdeu parte da importância como referencial que ela desfrutava outrora. João Batista Libanio (2011) vê que com a queda do socialismo real, pelo fato de que a TL ter se apossado de alguns elementos da utopia socialista, houve uma certa deslegitimação, especialmente no campo da publicidade. Ocorreu que houve uma ampliação do referencial analítico por parte dos teólogos da libertação, situação que reduziu o peso de conceitos marxistas nos postulados da Teologia da Libertação. Flávio Sofiati, estudando como a Teologia da Libertação concebe sua ação pastoral, vê que a dentro da referida teologia ocorreu:

Uma diluição da chave marxista de classe social, pois quando a Teologia da Libertação amplia a “opção pelos pobres” para questões de gênero, étnica e, principalmente, ecológica, não diversifica a noção de excluído, mas, sobretudo, esmaece a explicação das diferenças sociais (SOFIATI, 2013, p.231)

Sem dúvida que essa situação trouxe questionamentos e afetou a simpatia que a TL possuía tanto em meio ao clero católico quanto em relação aos seus fiéis. Ainda assim a crise do socialismo não se constitui em um fato único para que a teologia latino-americana repensasse seus referenciais, bem como sua ação pastoral. Após o fim da União Soviética cresceu a consciência de que não era apenas a teoria marxista que possuía os fundamentos para a transformação histórica, pois na visão dos teólogos da libertação o maior exemplo de revolucionário não foi Karl Marx, mas sim Jesus Cristo, o grande libertador na opinião deles.

Em um artigo publicado na Revista Eclesiástica Brasileira (nº 268 de 2007)<sup>5</sup>, denominado *Teologia da Libertação e a Volta ao Fundamento*, Clodovis Boff rediscutiu vários temas envolvidos com a Teologia da Libertação, especialmente em relação à sua opção preferencial. O irmão de Leonardo, que junto a ele escreveu a obra *Como Fazer Teologia da Libertação*, afirmou que essa opção tornou-se evidente em si e que a opção foi tomada em nível teórico de maneira indecisa, criando ambiguidades. Isso porque na opinião de

<sup>5</sup> Uma reprodução do texto integral é encontrada disponível na internet em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=33508>. Acesso em: 22 de maio de 2016

Clodovis os principais teólogos que pensaram a TL caem em um uma hesitação epistemológica entre a figura de Jesus e a dos pobres. O resultado seria que a Teologia da Libertação, sem uma consistência teórica, não possuiria uma consistência pastoral.

A partir do que acabamos de expor podemos observar que o fracasso do modelo soviético e de sua proposta alternativa ao sistema capitalista em voga no ocidente contribuiu para um processo de reflexão por parte dos teólogos da Teologia da Libertação. Seus opositores aproveitaram desse fato para questionar ainda mais os princípios da TL, diminuindo a popularidade dessa teologia entre o clero católico e junto aos seus fiéis. Entretanto, como podemos assumir pelas palavras de Leonardo Boff, essa teologia não se resume apenas ao seu posicionamento na luta de classes ou pelo questionamento ao sistema vigente. O que ocorreu foi que ela adentrou novas áreas e ampliou seu foco de ação, situação que relativizou a importância do referencial teórico marxista. Flavio Sofiati entende que a interpretação marxista está presente de maneira tímida entre os componentes da TL – sendo ela presente especificamente em setores das Pastorais da Juventude e nas Comunidades Eclesiais de Base “CEB’s” –, mas que “o caso geral da TL é de distanciamento do método marxista de interpretação da realidade” (SOFIATI, 2012, p. 115). Ou seja, não é o marxismo – tanto por conta de sua relação com a TL quanto por sua crise – o único responsável pela perda de popularidade da teologia dos pobres, visto que processos internos (como a censura do Vaticano à TL) e externos (o crescimento dos evangélicos, especialmente do ramo pentecostal) foram importantes para a redução da influência da Teologia da Libertação no Brasil.

Fato é que a Teologia da Libertação sempre foi um grupo minoritário dentro da Igreja Católica e que ganhou corpo quando o Vaticano estava sob o papado de nomes como João XXIII e Paulo VI, os quais tinham uma postura mais progressiva em detrimento de uma visão conservadora. Com o papa João Paulo II teve início uma era mais centralizadora dentro da Igreja dos católicos, período caracterizado muito mais pelo pedido de colaboração entre ricos e pobres do que o fomento para que as classes mais oprimidas buscasse sua libertação. Para François Houtart: “João Paulo II o expressou [o pedido de colaboração] claramente em seu discurso aos camponeses do Panamá, quando disse que a luta de classes significava um egoísmo de classe” (HOUTART, 1994, p. 96). É com esse Papa que começa a ação do setor mais conservador da Igreja de contenção da Teologia da Libertação, justamente quando os valores e princípios dessa teologia desfrutavam de boa popularidade tanto meio ao clero quanto junto aos fiéis.

Importante também durante o papado de João Paulo II foi a ascensão na hierarquia da Igreja por parte de Joseph Ratzinger. Influente teólogo, Ratzinger com João Paulo II tornou-se prefeito Congregação para a Doutrina da Fé, órgão da Santa Sé responsável pelos assuntos de sua doutrina da fé. O seu mandato se caracterizou por uma forte oposição aos elementos marxistas presentes nos pressupostos da Teologia da Libertação, como ficou explícito pelo documento *Instrução Sobre Alguns Aspectos da Teologia da Libertação*, no qual vários pontos da doutrina da TL foram condenados e por ter assinado o silêncio obsequioso de Leonardo Boff, numa tentativa de intimidar um dos principais nomes que conceberam a Teologia da Libertação.

O documento assinado por Ratzinger avalia a concepção da estrutura da Igreja feita por Boff. Nesse aspecto floresce uma crítica a noção relativizadora do papel da Igreja presente em *Igreja: Carisma e Poder*, pois nela a Igreja poderia subsistir em seus desdobramentos, posição refutada no documento, que defende que há apenas uma única Igreja. Assim é que o documento afirma que a concepção de Igreja presente no livro está em um “profundo desentendimento daquilo que a fé católica professa a respeito da Igreja de Deus no mundo” (Notificação Sobre o Livro ‘Igreja: Carisma e Poder. Ensaio de Eclesiologia Militante’ de Frei Leonardo Boff, O.F.M. *apud* BOFF, 1994, p. 338).

Joseph Ratzinger era, definitivamente, um elemento influente no Vaticano e seu prestígio aumentou ainda mais quando da morte de João Paulo II, sendo Ratzinger posteriormente aclamado papa e tornando-se Bento XVI em abril de 2005. O seu pensamento ortodoxo e conservador nas questões dos dogmas católicos e a respeito da Doutrina Social da Igreja logo ficaram evidentes, e, mais uma vez, seria contra outro expoente da Teologia da Libertação que Bento XVI iria demonstrar sua oposição contra essa teologia. O espanhol Jon Sobrino teve seu pensamento teológico questionado, entre outros pontos, pela maior valorização do Jesus histórico em relação ao Jesus espiritual e por uma ação pastoral engajada em El Salvador. Duas de suas principais obras, *Jesus Cristo libertador*, *Leitura histórica-teológica de Jesus de Nazaré* e *A fé em Jesus Cristo*. Ensaio desde as vítimas (*A fé*) foram analisadas e contestadas pelo Vaticano por conta de “uma série de proposições errôneas ou perigosas encontradas nos referidos livros”<sup>6</sup>. Essa foi a primeira condenação teológica realizada desde que Ratzinger se tornou Papa e atingiu justamente um teólogo da libertação.

Outro ponto importante a ser observado é que essa medida ocorreu dois meses antes da primeira visita de Bento XVI à América Latina – principal reduto da Teologia da Libertação – e no mesmo ano da Quinta Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano de Aparecida (2007), Podemos assim entender essa situação por dois ângulos: o primeiro é que o processo de contenção da Teologia da Libertação não havia sido encerrado, pois as ideias e ações de seus principais teólogos continuam a serem monitoradas e quando o setor conservador<sup>7</sup> da Igreja entender que seja preciso, medidas serão tomadas com o objetivo de frear essa teologia militante; o outro ponto interessante

<sup>6</sup> Citação extraída da Notificação Jon Sobrino sobre as obras do P. Jon Sobrino S.I. reproduzida no sítio da internet do Vaticano. Disponível em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_20061126\\_notification-sobrino\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20061126_notification-sobrino_po.html). Acesso em: 22 de maio de 2016.

<sup>7</sup> Michael Löwy apresenta uma distinção das tendências do catolicismo brasileiro. Em seu livro *A Guerra dos Deuses* (2000, p.66), esse autor nos oferece um panorama das divisões dos grupos de influência da Igreja Católica, dividindo-se eles em quatro grupos: Os tradicionalistas, com uma postura ultrarreacionária, quase semifacista, simbolizada pelo movimento Tradição, Família e Propriedade; a ala dos modernizadores conservadores, os quais são hostis aos movimentos mais radicais – como a Teologia da Libertação – e são associados às classes dominantes; o grupo dos reformistas, que dispõe de certa autonomia para ação e está disposta a atender algumas das demandas sociais dos pobres; por fim, há a tendência dos radicais, solidários às ideias da Teologia da Libertação e comprometidos e envolvidos com os movimentos populares e suas reivindicações.

a ser observado é que o ímpeto em conter a é um dos sinais de que essa teologia continua viva e que mantém grande capacidade de atração em torno de si, caso contrário as mais altas instâncias da Igreja Católica não lhe dedicaria tamanha atenção.

Cabe observar também na relação da Teologia da Libertação e seus teólogos com o Vaticano o fato de que a teologia latino-americana, ao se afastar de uma ação política mais radical e dar mais atenção às questões intra-eclesiais, evitou mais atritos com a hierarquia da Igreja. Dessa forma, ao invés de criticar as estruturas do Vaticano e seus principais nomes, defendendo o trabalho da TL junto à sua instituição, rejeitando qualquer possibilidade de cisma. Flávio Sofiati ilustra:

Richard afirma que a Teologia da Libertação não quer fundar outra Igreja, mas lutar por outro modelo de instituição dentro do próprio catolicismo, isto é, no interior da Igreja Católica. Estrategicamente, não deseja a confrontação, pois sua força “reside de forma positiva em nossa capacidade de ir construindo, desde baixo e em longo prazo, um modelo de Igreja fiel ao movimento de reforma iniciado no Concílio Vaticano II e em Medellín” (SOFIATI, 2013, p.220).

Em contrapartida, o controle das ações e ideias dos religiosos da TL ficou maior, tendo como consequência uma postura política mais flexível, menos radical e afinada com o poder dominante. Assim é que embora a ofensiva do setor mais conservador da Santa Sé seja um grande obstáculo às ações da Teologia da Libertação, queremos apontar nas mudanças de sua ação pastoral um motivo que merece destaque para compreender como que a teologia dos oprimidos perdeu parte de seu impacto na sociedade.

Em nosso trabalho estamos focalizando principalmente a mudança da postura política na pastoral da Teologia da Libertação com o abandono de uma ação radical em benefício de um discurso que valoriza o diálogo no interior da Igreja Católica e a pulverização dos temas mais além do campo político. A ação política quando do momento em que a TL desfrutou de seu maior prestígio – a década de 1970 – era intensa e muito incentivada, como podemos perceber a partir do pensamento de muitos teólogos da libertação. Esse pensamento pode ser exemplificado a partir das palavras de Gustavo Gutiérrez, que afirma:

São muitos os sacerdotes que consideram um dever tomar posições pessoais claras e comprometidas no *campo político*. Alguns têm participação *ativa* nesse campo, frequentemente em relação com grupos revolucionários. Na realidade, quanto ao essencial, o assunto não é novo. De muitas formas o clero tem e teve na América Latina *participação*

*direta na vida política* [...] (GUTIÉRREZ, 2000, p. 160, grifos  
nossos).

Mas essa participação não se dá exclusivamente em grupos revolucionários, situação que podemos admitir como excepcionais e extremas, como o caso do sacerdote colombiano Camilo Torres, um dos nomes da Teologia da Libertação que aderiu à luta da guerrilha colombiana e perdeu sua vida em combate. Pedro Casaldáliga, por exemplo, se manteve durante 24 anos como prelado de São Félix do Araguaia tendo se envolvido com os assuntos mais delicados da região, sem, contudo, se atuar de modo tão radical como o religioso colombiano. Casaldáliga tratava diretamente com as principais forças políticas locais, com os grandes latifundiários e as empresas agropecuárias que estavam se instalando na região da prelazia. Em sua convicção para defender os que eram oprimidos (MARTINS, 1979, p.15), esse religioso que viveu tão bem os preceitos da TL não mediu esforços em sua ação pastoral, atuando diretamente com as principais forças de poder, como Kenneth Serbin ilustra:

Na prelazia de São Félix do Araguaia, Mato Grosso, dom Pedro e seus agentes de pastoral defendiam índios e posseiros do nordeste e de outros lugares que lutavam pela terra contra governo, empresas agrícolas e fazendeiros (SERBIN, 2001, p. 291).

Houve também outra forma de intervenção de religiosos na política. Quando do momento de maior tensão entre o Estado governado pelos militares e a Igreja brasileira, pessoas importantes ligadas à Igreja e os militares promoveram uma série de reuniões com o objetivo de diminuir as animosidades entre esses grupos. Durante a década de 1970 os militares aumentaram o nível de repressão no país, e muitos religiosos envolvidos com a questão social foram taxados de subversivos e foram perseguidos, muitos deles sendo presos, torturados e até mortos.

Sobre essa situação um exemplo dos conflitos entre as forças do Estado e os religiosos da Prelazia de São Félix, foram os acontecimentos de outubro de 1976, na cidade de Ribeirão Cascalheira. Duas mulheres estavam sendo presas e torturadas na cadeia da cidade. Os gritos vindos do lugar mobilizaram os moradores da cidade e a ação do bispo Pedro Casaldáliga e do padre João Bosco Penido Burnier, que se dirigiam ao local. Ao chegarem lá, iniciaram-se conversações tensas entre os religiosos e os policiais, os quais não aceitaram nenhuma argumentação por esses apresentada. Burnier avisou ao policial Ezy que iria denunciar as arbitrariedades que estavam sendo cometidas, fato que levou o policial a agredir Burnier com um tapa e uma coronhada com sua arma. Não satisfeito, Ezy então dispara um tiro. Este momento foi descrito por Edilson Martins, assim:

O corpo de João sobe, desloca-se no ar. Desse ruído o povoado foi testemunha. Pedro olha, vê o corpo ainda no

ar, subindo, se deslocando. Os pés retesados, as pontas dirigidas para o chão, Uma fumaça seca, um tiro pesado, ensurdecedor, um corpo que se deslocou, cortando o ar, buscando o teto. (MARTINS E., 1979. p.21)

Entretanto, a Igreja brasileira ao mesmo tempo em que não desejava romper relações com o Estado, não abandonou seu clero à própria sorte, daí o surgimento da comissão que envolvia militares e religiosos que ficou conhecida como “bipartite”. Sobre essa relação, o estadunidense Kenneth Serbin realizou um amplo estudo e resume essa relação:

No século XX, a Igreja e o Exército, duas das instituições mais importantes do país, cooperaram e colidiram enquanto tentavam se modernizar, influenciar o desenvolvimento da sociedade e contribuir para a criação da identidade brasileira. (SERBIN, 2001, p. 412).

Assim é que apesar de toda tensão e dificuldade em relação à política da época, a Igreja brasileira – que à época estava mais polarizada em relação aos grupos que a compunha, com um certo equilíbrio de forças entre as tendências mais conservadoras e as mais ligadas à Teologia da Libertação – não se esquivou de um envolvimento mais direto na política tendo em vista os valores que ela defendia. Portanto, podemos verificar que durante a década de 1970, período de maior popularidade dos princípios da Teologia da Libertação, a ação social era uma tônica da ação pastoral dos católicos, especialmente dos religiosos ligados à TL. Naturalmente, era uma atuação específica em um período de exceção – o da Ditadura Militar –, contudo o envolvimento era direto com a política da época e não só um trabalho de base junto a segmentos da sociedade.

Interessa-nos neste momento precisar como se deu o processo de mudança na ação pastoral da Teologia da Libertação com seus religiosos cada vez mais evitando pronunciar um discurso mais radical. Nesse processo foi importante a gradual ampliação do foco da ação pastoral da TL, abraçando novas causas e pulverizando seu campo de ação em diversas áreas, adequando-se ao contexto da sociedade contemporânea. Essa situação, contudo, não explica sozinha o porquê da mudança dos objetos e causas da ação política por parte dos simpatizantes da Teologia da Libertação. Nosso estudo nos oferece condições de afirmar que foi na ambiguidade e na indecisão em relação à política as principais causas do processo uma ação mais voltada aos assuntos intra-ecclesiais em prejuízo das ações extra-ecclesiais. O exemplo de Leonardo Boff é emblemático, pois mesmo se retirando da instituição católica em vista das punições, é um autor emblemático para se pensar as mudanças de postura da TL.

Esse autor em *Igreja: Carisma e Poder* se pronunciou a respeito do que ele entendia na época como política, criticando posições que eram contrárias à participação política da Igreja, afirmando ele que fazer política é viver o compromisso cristão a serviço dos outros. Boff tratou de esclarecer o tema a partir do que foi discutido em Puebla em 1979, definindo política em dois níveis: o primeiro seria o que o autor chama de “política com

maiusculo”, que seria a “busca comum do bem comum, a promoção da justiça, dos direitos, a denúncia da corrupção e da violação da dignidade humana” (BOFF, 1994, p.58). Nesse ponto a Igreja deveria entrar na política, de acordo com Leonardo Boff, pois ao promover a justiça, a política se constitui como parte da missão da Igreja. O outro aspecto da política é o da “política em minúsculo”, que se refere à “toda atividade que se destina à administração ou transformação da sociedade mediante a conquista e exercício do poder de Estado” (BOFF, 1994, p. 59). Esse aspecto é onde se encontra a política partidária e que não pode envolver toda a Igreja, mas sim parte dela que são os leigos. Assim é que a política partidária seria o campo próprio dos leigos.

Contudo, Leonardo Boff em suas ações políticas, o envolvimento com a política oficial brasileira e seus partidos são marcantes. Boff mantém uma estreita ligação com o PT – Partido dos Trabalhadores – e é um determinado defensor do governos desse partido. Um exemplo de sua vinculação com a política partidária foram suas ações na última eleição para Presidente da República no Brasil. Em um artigo publicado no sítio da Carta Maior – publicação eletrônica voltada principalmente ao público da esquerda –, o influente teólogo brasileiro disse que o governo de Fernando Henrique Cardoso caracterizou-se pelo aumento vertiginoso das injustiças, da exclusão e da fome e que esse governo quase afundou o Brasil. Sua opinião era que o candidato do PSDB à época José Serra se, eleito, manteria a mesma linha política de Cardoso, estando por trás dele o *agrobusiness*, o latifúndio tecnicamente moderno e ideologicamente retrógrado, parte da burguesia financeira e industrial. Em contrapartida, a então candidata do PT, Dilma Rousseff, seguiria a linha estabelecida por Lula e pelo PT de uma maior preocupação com os empobrecidos e compromisso de realizar importantes melhorias sociais. Leonardo Boff é explícito na defesa da proposta da candidata Rousseff:

O outro projeto é o da democracia social e popular do PT. Sua base social é o povo organizado e todos aqueles que pela vida afora se empenharam por um outro Brasil. Este projeto se constrói de baixo para cima e de dentro para fora. Que forjar uma nação autônoma, capaz de democratizar a cidadania, mobilizar a sociedade e o Estado para erradicar, a curto prazo, a fome e a pobreza, garantir um desenvolvimento social incluyente que diminua as desigualdades. Esse projeto quer um Brasil aberto ao diálogo com todos, visa à integração continental e pratica uma política externa autônoma, fundada no ganha-ganha e não na truculência do mais forte<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Leonardo Boff apoia aliança entre Marina e Dilma. Disponível em: [http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=17028](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17028). Acesso em: 22 de maio de 2016.

De qualquer forma, dentro da doutrina da Teologia da Libertação o que predominava era o pensamento de que a atividade política seria até mesmo incentivada desde que ela respeitasse certos limites, os quais se encontravam no nível partidário, que, por sua vez, seria área específica dos leigos<sup>9</sup>. Na ótica da doutrina da Teologia da Libertação essa situação não seria problema, ao contrário: a ideia de política estaria sendo expandida ganhando uma conotação mais ampla, sendo política “tudo”; é a educação dos filhos, organizar uma reunião, promover uma greve ou até mesmo celebrar uma missa. Clodovis Boff e Jorge Pixley ao pensarem a ação pastoral da TL e explicitarem sua noção de política afirmam:

Aqui se supera a concepção estreita de política enquanto vinculada apenas ao Estado, ou seja, como atividade de Governo, partido ou movimentos revolucionários. Antes, entende-se por política toda forma de participação no âmbito da sociedade civil. E não somente através das organizações existentes (escolas, sindicatos, igrejas, etc.), mas também através de quaisquer outros tipos de ação espontânea e autônoma (encontros, mutirões, etc.). (C. BOFF; J. PIXLEY, 1986, p. 232).

Nota-se no esforço dos teólogos da libertação ao pensarem a ideia de política a tentativa de ampliar o conceito, dar a ele uma noção mais abrangente que a teoria e a experiência política atual não conseguem ter. Assim é que a política pelo ponto de vista de alguns dos teólogos envolvidos com a TL é vista como uma atividade importante e fundamental, na medida em que a militância política não adentre a esfera partidária, nível que estaria reservado aos leigos. Essa postura fica evidente no já referido documento de Aparecida de 2007. Neste há o clamor para a presença destacada de representantes católicos, pois se verifica “uma notável ausência no âmbito político, comunicativo e universitário de vozes e iniciativas de líderes católicos de forte personalidade e de vocação abnegada que sejam coerentes com suas convicções éticas e religiosas” (RICHARD, 2007, p. 13). Entretanto, ao se conceber como seria a materialização dessa presença católica, não são os religiosos quem deve atuar na atividade política, visto que de acordo com o mesmo documento: “são os laicos que têm que atuarem de modo a fermentarem a massa para construir uma cidade temporal que está de acordo com o projeto de Deus” (*idem*). Se não chega a ser uma confusão teórica com o que vem a ser a atitude da Igreja

---

<sup>9</sup> Na história da própria Igreja Católica como instituição nem sempre essa aversão à política oficial foi regra. Como Antonio Gramsci demonstrou em seus trabalhos, a Igreja Católica na Itália tentou por meio da Ação Católica se envolver diretamente da vida política da sociedade com o objetivo de reconquistar seu prestígio juntos aos fiéis. Importante recordar também que nesse mesmo período – nas primeiras décadas do século XX – a cúpula da Igreja negociou diretamente com Benito Mussolini o Tratado de Latrão (1929) o qual, entre outros pontos, reconhecia a soberania da Santa Sé no Vaticano.

em relação à política, verifica-se uma inconsistência de como a relação com a política deve ser encarada, pois se de um lado ela é “tudo” e é uma “atividade fundamental”, de outro os religiosos não devem atuar de forma direta na política, evitando-se a vida política partidária que seria campo apenas dos leigos.

Temos ainda mais indícios que nos ajuda a pensar como se deu o processo de mudança na postura política na ação pastoral da Teologia da Libertação. Ao se pensar em política, os principais teólogos da libertação tratam de elaborar uma interpretação própria, tratando a política como um “todo” e a atividade política tradicional centrada no Estado e em seus mecanismos de poder como os partidos como “parte”, que, por sua vez, estaria a cargo dos leigos. Na realidade o Estado é tratado como pobre e corrupto e, com a globalização do mercado, o Estado tradicional estaria perdendo sua capacidade de ser o grande condutor da sociedade em favor de outros sujeitos políticos. Essa é a tese de Pablo Richard, o qual ao pensar a ação pastoral da TL postula a minimização da participação nesse tipo de política: “a prática da libertação não se situa tanto no campo político, mas sim de maneira preferencial no campo social” (RICHARD, 2003, p. 19) As palavras desse teólogo chileno – uma das principais referências sobre a Teologia da Libertação – exemplificam bem as mudanças na concepção de política da TL; de um dos teólogos mais radicais durante a década de 1970, simpatizante do Governo de Salvador Allende em seu país e um dos fundadores do movimento “Cristãos pelo Socialismo”, Richard sugere um deslocamento da práxis da libertação do campo político para o campo social.

É preciso também citar algumas exceções. Frei Betto, um nome de destaque da Teologia da Libertação do Brasil, é amigo pessoal do ex-presidente da República Luís Inácio “Lula” da Silva e teve uma relação direta com o poder quando do mandato de Lula. Convidado pelo presidente petista<sup>10</sup>, Betto fez parte da assessoria especial do governo no gabinete da Mobilização Social do Programa Fome Zero e tinha a função de mobilizar a população em favor do programa social do governo. Sua experiência no governo Lula, contudo, não foi longa. Frustrado pela dificuldade de implantar medidas que considerava necessárias, sofrendo com a pressão de prefeitos que queriam influenciar os rumos do Programa Fome Zero e sem apoio da Casa Civil, Frei Betto pediu demissão de suas funções em 2004. A presença desse importante nome da Teologia da Libertação no governo Lula ao invés de denotar uma participação política efetiva, exemplifica uma das razões pelas quais os teólogos da libertação preferem manter uma distância da política em nível Executivo e Legislativo; Frei Betto se viu sem condições de efetivar suas propostas de produzir ações concretas para a população mais empobrecida, preferindo ele se retirar do governo petista para continuar militando a partir do meio acadêmico e intelectual.

---

<sup>10</sup> Frei Betto faz uma análise dos oito anos de Governo Lula e comenta sua experiência no governo petista em artigo publicado no sítio oficial do jornal O Globo em 18 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/politica/o-governo-lulafrei-betto-faz-analise-dos-oito-anos-do-governo-do-pt-2908433>. Acesso em: 22 de maio de 2016.

## Considerações Finais

E é nesse sentido que nosso estudo nos oferece condições de afirmar que ao pulverizar atuação política, a Teologia da Libertação assumiu novas causas e objetos, abandonando alguns pontos mais radicais de sua agenda, especialmente no que tange à estrutura da Igreja Católica e a pressupostos marxistas como a noção de luta de classes. O processo de contenção da TL por parte do Vaticano, como o silêncio obsequioso contra Leonardo Boff e o texto oficial condenando pontos da referida teologia também colaborou para que seus adeptos repensassem sua atuação

Foi justamente uma militância política engajada junto às principais forças políticas do Brasil por parte da Igreja Católica – especialmente do grupo mais envolvido com a Teologia da Libertação – um dos fatores que colocou fim ao governo militar no país. Curioso é observarmos que com a mudança de um Estado autoritário para um mais democrático, a ação pastoral junto ao Estado e aos principais centros de poder perdeu força e, conseqüentemente, a possibilidade de que outras mudanças pretendidas na sociedade pela ala mais transformadora da Igreja brasileira também foram reduzidas.

## Referências

- BECK, Ulrich. *A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva*, In: GIDDENS Anthony, BECK, Ulrich. LASH Scott. Modernidade Reflexiva. São Paulo. Unesp, 1997.
- BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo Libertador*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Ecologia, mundialização, espiritualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Igreja: Carisma e Poder*. São Paulo: Ática, 1994.
- BOFF, Clodóvis; BOFF, Leonardo. *Como Fazer Teologia da Libertação*, Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação: perspectivas*. São Paulo: Loyola, 2000.
- HOUTART, François. *Sociologia da Religião*. São Paulo: Ática, 1994.
- HOBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LIBANIO, José Batista. 40 anos da Teologia da Libertação: ontem e hoje. Disponível em: <<http://www.jbibanio.com.br/modules/smartsection/item.php?itemid=162>>. Acesso em: 15 de agosto de 2012.
- MARTINS, Edilson. *Nós do Araguaia*. Dom Pedro Casaldáliga, bispo da teimosia e liberdade. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- PIXLEY, Jorge; BOFF, Clodovis. Opção pelos pobres. Petrópolis: Vozes, 1986.
- RICHARD, Pablo. *Aparecida: Una versión breve y crítica del Documento Conclusivo*. In *Revista Pasos*, Costa Rica, n° 133, septiembre-octubre, p. 1-17, 2007.
- \_\_\_\_\_. *La Iglesia y La Teología de La Liberación en América Latina y El Caribe: 1962-2002*. Documentos Del Ocote encendido, N° 25, febrero de 2003, Zaragoza. España.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. tradução: Carlos Eduardo de Lins da Silva. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOFIATI, Flávio M. *O novo significado da 'opção pelos pobres' na Teologia da Libertação*. Tempo Social (USP. Impresso), v. 25, p. 215-234, 2013

\_\_\_\_\_. *Juventude católica: o novo discurso da Teologia da Libertação*. São Carlos: EdUFSCar, 2012.